

DÍVIDA AGRAVA CRISE CLIMÁTICA: COMO O FINANCIAMENTO FLUI

Resumo Executivo

FUND OUR
FUTURE

act:onaid



RESUMO EXECUTIVO

A dívida é um obstáculo importante, porém superável, para a ação climática. **Medidas relacionadas à dívida poderiam constituir uma das soluções climáticas mais impactantes e viáveis à disposição.**

As crises da dívida e do clima estão profundamente interligadas, presas em uma relação tóxica na qual os países e as comunidades na linha de frente da crise climática pagam o preço. A crise global da dívida é sentida de forma especialmente aguda pelos países mais vulneráveis ao clima, onde os desastres climáticos ocorrem com frequência e intensidade cada vez maiores.

Os países na linha de frente da crise climática são obrigados a destinar uma parcela tão grande de seus orçamentos nacionais ao pagamento da dívida soberana que esses fluxos financeiros acabam impulsionando a expansão dos combustíveis fósseis, impedindo a ação climática e o desenvolvimento sustentável e deixando as comunidades altamente expostas aos impactos climáticos crescentes.

O Ciclo Vicioso entre as crises da dívida e do clima se agrava ano após ano, provocando o aumento das emissões e a aceleração dos desastres climáticos, sufocando a ação climática e aprofundando cada vez mais as crises da dívida.

Hoje, os dados disponíveis indicam que **93,5% dos países que compõem o terço mais vulnerável ao clima estão em crise da dívida ou sob risco significativo de sobreendividamento**. Os níveis de pagamento da dívida pública nos países mais vulneráveis ao clima estão em uma máxima histórica e, globalmente, pelo menos 54 países estão em crise da dívida, enquanto muitos outros enfrentam risco significativo.

A ActionAid trabalhou com a Development Finance International (DFI) para analisar os dados disponíveis sobre receitas internas, dívida soberana, orçamentos nacionais e planos climáticos dos 65 países — ou seja, o primeiro terço da lista — mais vulneráveis às mudanças climáticas. Os dados específicos de cada país e os detalhes da metodologia utilizada estão no anexo do relatório completo.

Esta nova análise de dados revela a dimensão alarmante de como a dívida soberana agrava a crise climática. Entre as principais conclusões estão:

- 1. Os países vulneráveis ao clima estão sendo obrigados a gastar quase 25 vezes mais com o pagamento da dívida do que com a ação climática.** De fato, em 2026, o custo total das dívidas externa e interna nesses países é quase quatro vezes maior do que os gastos com educação, quase sete vezes maior do que os gastos com saúde e quase seis vezes maior do que os gastos com proteção social.

- 2. Os países mais vulneráveis ao clima estão utilizando quase dois terços (65%) de suas receitas nacionais para pagar a dívida.** Em vez de viabilizar a ação climática e garantir serviços públicos essenciais, a maior parte da receita tributária — incluindo os impostos pagos por cidadãos e cidadãs na linha de frente da crise climática — é enviada ao exterior para beneficiar bancos, investidores, corporações e governos, em sua grande maioria sediados no Norte Global.
- 3. As obrigações de pagamento da dívida impedem os países vulneráveis ao clima de implementar até mesmo seus planos climáticos mais básicos.** Os dados disponíveis indicam que, quando se calcula a média dos percentuais de cada país, os países vulneráveis ao clima só conseguem prever em seus orçamentos menos da metade (48,9%) dos custos de suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) incondicionais. Quando o cálculo é feito a partir do total agregado, apenas um quarto (25%) das NDCs incondicionais publicadas está contemplado nos orçamentos desses países. Essa lacuna de financiamento, agora revelada, traz implicações alarmantes para as perspectivas climáticas, especialmente para as comunidades na linha de frente.
- 4. O cancelamento da dívida nos países vulneráveis ao clima poderia financiar seis vezes suas NDCs incondicionais.** Alternativamente, o cancelamento poderia financiar, em dobro, todos os gastos atuais com clima, saúde, educação e proteção social somados. Embora esses números mostrem a dimensão alarmante de como a dívida compromete a ação climática, eles também oferecem esperança — e comprovam — que um mundo sem dívidas injustas seria um lugar muito diferente.
- 5. O Sul Global está pagando aproximadamente 225 vezes mais em serviços totais da dívida do que recebe em financiamento climático na forma de doações.** Em 2026, os pagamentos da dívida do Sul Global totalizam US\$ 8,8 trilhões e absorvem 43,5% de suas receitas orçamentárias. Esta é a crise da dívida em seu pior nível já registrado. Em relação ao financiamento climático, no entanto, os dados mais recentes indicam que o Norte Global forneceu aproximadamente US\$ 39 bilhões ao Sul Global na forma de doações em 2024. A imensa maioria dos recursos está fluindo na direção errada. Os países que menos contribuíram para provocar a crise climática estão sendo obrigados a financiar aqueles que mais contribuíram.

Diversas forças globais interligadas e estruturais impulsionam a crise da dívida. Entre elas estão injustiças históricas e persistentes, um sistema global de dívida falho, credores privados agressivos em busca de lucros rápidos e o aumento das taxas de juros globais após a Covid-19 e as guerras na Ucrânia, na Palestina e no Irã.

Durante muitos anos, supôs-se amplamente que a crise da dívida no Sul Global não tinha relação com as questões climáticas ou que decorria simplesmente de má gestão financeira. Na realidade, porém, as crises do clima e da dívida estão profundamente interligadas.

À medida que as temperaturas globais aumentam, inundações, secas, ciclones, ondas de calor e outros desastres climáticos tornam-se mais frequentes, intensos e destrutivos. Os custos crescentes de recuperação e reconstrução obrigam muitos governos a contrair

empréstimos emergenciais, frequentemente com juros altos e prazos curtos para quitação integral. Forçados a adotar políticas de austeridade para priorizar o pagamento da dívida, os governos precisam cortar gastos públicos de forma generalizada, inclusive em recuperação de desastres, adaptação e resiliência ou na transição para sistemas de energia e agricultura mais sustentáveis. Isso traz consequências muito concretas para centenas de milhões de pessoas nas comunidades mais vulneráveis ao clima, que ficam cada vez mais expostas aos impactos devastadores dos desastres climáticos. Também afeta todas e todos nós, pois a crise da dívida bloqueia as ações urgentes necessárias para reduzir o aquecimento do planeta.

Para agravar ainda mais a situação, a crise da dívida pode até acelerar a crise climática. Os governos de países endividados sofrem pressão para obter moeda estrangeira a fim de pagar seus empréstimos. Muitos entendem que, na atual economia global, a única maneira realista de fazer isso é ampliar a produção e a exportação de combustíveis fósseis e de commodities da agricultura industrial — as duas maiores causas da crise climática. Alguns países chegam a contrair novos empréstimos para adquirir a infraestrutura necessária à exploração de combustíveis fósseis ou à agricultura industrial, na esperança de que isso gere receitas maiores no futuro. O aprofundamento da espiral da dívida leva a novos cortes orçamentários na ação climática e nos serviços públicos essenciais.

Para completar o absurdo, os países desenvolvidos não estão cumprindo a obrigação de fornecer financiamento climático aos países em desenvolvimento, conforme acordado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Dois terços dos recursos apresentados sob o rótulo de “financiamento climático” são, na realidade, empréstimos ou instrumentos financeiros geradores de dívida. Muitos desses empréstimos são destinados a países que já enfrentam endividamento crônico, nos quais a dívida existente bloqueia a ação climática e, por vezes, desencadeia novos investimentos que prejudiciais ao clima.

Trata-se de uma contradição inaceitável. Se considerarmos o que o Norte Global deve ao Sul Global como uma “dívida climática” — termo popular e apropriado diante da história de injustiça climática global —, precisamos perguntar: em que mundo alguém pode dizer que está quitando sua dívida com outra pessoa ao lhe conceder um empréstimo que ela terá de devolver — e com juros?

A consequência inevitável ao fato de países vulneráveis ao clima contraírem empréstimos de curto prazo e com juros altos após desastres é que eles passam a correr o risco de entrar em situação de sobre-endividamento. Com dificuldades para cumprir suas obrigações imediatas e evitar as consequências econômicas ainda mais graves de uma situação de inadimplência, esses países muitas vezes precisam recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI), o “emprestador de última instância”, em busca de novos empréstimos de resgate, aprofundando as armadilhas da dívida. No entanto, os empréstimos do FMI vêm acompanhados de condições: os serviços públicos precisam ser cortados, inclusive os investimentos em ação climática e proteção social. Somados a uma série de outras medidas econômicas, esses cortes deixam os países ainda mais expostos à crise climática. Na busca por uma cura, o paciente, na prática, fica ainda mais doente.

As consequências das crises interligadas da dívida e do clima recaem de forma desproporcional sobre mulheres e jovens, especialmente quem vive em situação de pobreza. Mulheres e meninas sofrem os impactos mais severos dos desastres climáticos e são obrigadas, na prática, a absorver os choques das políticas de austeridade provocadas pela dívida. Durante as secas, as mulheres podem precisar percorrer longas distâncias para buscar água e têm maior probabilidade de deixar de fazer refeições e de sofrer violência de gênero quando as famílias enfrentam a fome. Quando a renda familiar é pressionada pelos impactos climáticos, as meninas têm maior probabilidade de ser retiradas da escola antes dos irmãos ou até submetidas à tragédia do casamento infantil. Ainda que as mulheres representem cerca de metade da população que trabalha na agricultura nos países do Sul Global, elas enfrentam barreiras de acesso à terra, ao financiamento e ao apoio à produção agrícola que as deixam mais expostas aos impactos climáticos. E, quando os gastos públicos são cortados, mulheres e meninas são as primeiras a perder o acesso aos serviços públicos, as primeiras a perder empregos em funções essenciais do setor público e as primeiras a assumir o peso do trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, que aumenta tanto quando os desastres acontecem quanto quando os serviços deixam de funcionar.

A combinação das crises da dívida e do clima também agrava a injustiça intergeracional, pois jovens perdem oportunidades decisivas em momentos cruciais de suas vidas e terão de pagar, no futuro, o preço dos fracassos de hoje.

São numerosos os exemplos dessa relação tóxica entre clima e dívida:

O Maláui foi obrigado a contrair empréstimos de centenas de milhões de dólares após uma sucessão de ciclones destrutivos. Isso significa que, em 2026, 70% do orçamento nacional anual do país serão destinados ao pagamento da dívida. No entanto, como grande parte desse gasto é financiada por novos empréstimos, impressionantes 129% da receita do país serão destinados ao serviço da dívida.

A Zâmbia gasta mais de 60% de todo o orçamento do governo — e 70% de sua receita — com o pagamento da dívida, mas conseguiu destinar apenas 0,32% de suas despesas orçamentárias totais a atividades climáticas. Enquanto a região se prepara para uma intensa seca provocada por um Super El Niño neste ano, a população zambiana teme que os investimentos em adaptação e preparação tenham sido insuficientes.

No Senegal, onde os gastos com o serviço da dívida superam em mais de 600 vezes os gastos com o clima, importantes iniciativas governamentais para fortalecer a resiliência, ampliar a segurança alimentar e reduzir as emissões por meio da agroecologia continuam sem financiamento.

Ciclones destrutivos, secas e inundações obrigaram **Moçambique** a contrair sucessivos empréstimos, fazendo com que o país seja forçado a gastar 117 vezes mais com o pagamento da dívida do que com ações climáticas, como o fortalecimento da resiliência. As obrigações de pagamento submetem o país a uma pressão permanente para se abrir a projetos de extração e exportação de combustíveis fósseis, que já agravaram conflitos e violações de direitos humanos na região, e para financiá-los por meio de novos empréstimos.

Embora a **Nigéria** seja o maior produtor de combustíveis fósseis da África, quase 40% da população do país ainda não tem acesso à eletricidade, pois a maior parte do petróleo bruto é exportada para pagar obrigações da dívida que atualmente consomem metade das receitas nacionais.

Bangladesh é obrigado a gastar 184 vezes mais com o pagamento da dívida do que com ações climáticas, o equivalente a quase 73% de seu orçamento — e 111% de sua receita —, enquanto os custos da crise climática são agravados pelas dívidas contraídas para financiar infraestruturas de combustíveis fósseis.

A boa notícia é que existem soluções claras e viáveis capazes de romper o ciclo vicioso entre as crises do clima e da dívida. Muitas delas surgiram no próprio Sul Global, em países endividados e em países e comunidades vulneráveis ao clima. No entanto, será necessário apoio internacional para alcançar uma mudança decisiva. É fundamental que governos progressistas e movimentos que atuam em torno da crise climática ou da crise da dívida unam forças. O avanço também dependerá da construção de conexões mais amplas com movimentos feministas, movimentos de juventude, movimentos em defesa dos serviços públicos e todas as pessoas comprometidas com o desenvolvimento sustentável. Crises interligadas exigem soluções integradas.

A dívida é uma barreira importante — mas superável — à ação climática. Enfrentar a crise da dívida pode liberar recursos dos próprios países, reduzir a saída de riquezas do Sul Global para o Norte Global e permitir que as populações na linha de frente da crise invistam nas ações climáticas de que elas — e o planeta — necessitam com tanta urgência.

As recomendações abaixo oferecem uma esperança concreta de que podemos, de fato, romper esse ciclo vicioso.

Recomendações:

1. Cancelamento e alívio da dívida

- Cancelamento de todas as dívidas externas impagáveis ou injustas — para assegurar que nenhum país vulnerável ao clima destine **mais de 10% de sua receita nacional ao pagamento da dívida externa**. Quaisquer empréstimos concedidos ou contraídos de forma “irresponsável” — segundo as diretrizes da UNCTAD — podem ser considerados “odiosos” ou injustos e devem ser os primeiros a ser cancelados.
- **Estabelecer um acordo universal para o cancelamento automático do serviço da dívida** por pelo menos cinco anos para qualquer país atingido por um grande desastre relacionado ao clima que exija financiamento urgente.

2. Reformar a arquitetura global da dívida

- **Apoiar uma Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Dívida Soberana.** Defensores e defensoras da justiça climática devem trabalhar com movimentos pela justiça da dívida e outros aliados para incluir essa reivindicação em todas as oportunidades e pressionar por uma votação na Assembleia Geral da ONU — idealmente em 2027.
- **Reformar radicalmente o uso atual das Análises de Sustentabilidade da Dívida** e exigir que elas incluam a necessidade urgente de investimento em respostas climáticas, serviços públicos sensíveis às questões de gênero e cumprimento dos direitos humanos.
- **Adotar medidas legislativas em Londres e Nova York para exigir que credores privados participem dos processos de reestruturação da dívida** de forma significativa e obrigá-los a aceitar acordos coletivos em igualdade de condições com os demais atores, em vez de se recusarem a aderir na tentativa de maximizar seus lucros.
- **Regular as agências de classificação de risco existentes para eliminar conflitos de interesse e vieses** e criar agências regionais e públicas de classificação de risco ou uma agência multilateral.

3. Auditorias públicas da dívida e do clima

Todos os países que enfrentam uma crise da dívida devem realizar auditorias públicas da dívida e do clima para ampliar a transparência e a compreensão dos impactos interligados dessas crises e de como elas aprofundam a pobreza e a exclusão, especialmente entre mulheres e meninas. As auditorias devem examinar criticamente os impactos das dívidas externa e interna sobre a crise climática, buscando estabelecer princípios e ações para romper o ciclo vicioso.

4. Ampliar o financiamento climático na forma de doações

Garantir que o financiamento climático do Norte Global para o Sul Global seja público, fornecido na forma de doações — e não de empréstimos ou qualquer outro instrumento financeiro gerador de dívida — e compatível com a escala da crise climática.



act:onaid